

**AgInt no RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 53439 - GO  
(2017/0044449-8)**

**RELATOR : MINISTRO GURGEL DE FARIA**  
**AGRAVANTE : BRUNO SILVA BARBOSA**  
**ADVOGADO : SANDRO DE ABREU SANTOS E OUTRO(S) -**  
**GO028253**  
**AGRAVADO : ESTADO DE GOIÁS**  
**PROCURADOR : VALKÍRIA COSTA SOUZA E OUTRO(S) - GO022373**

**EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL. MANDADO DE SEGURANÇA. PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA. AUSÊNCIA. DILAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. CUMPRIMENTO DE ACÓRDÃO. VIA ELEITA. INADEQUAÇÃO.

1. "Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos dos requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC" (Enunciado Administrativo n. 3).
2. A ação mandamental não admite dilação probatória, exigindo prova pré-constituída apta a demonstrar, de plano, o direito alegado.
3. Esta Corte Superior, em hipóteses análogas à presente, tem entendido que a inadequação da via eleita decorre do fato de que "o mandado de segurança não é via adequada para dar cumprimento a obrigação prevista em termo de ajustamento de conduta ou em acórdão prolatado em ação civil pública. São ambas espécies de título executivo e, portanto, exigem instauração do respectivo processo executório" (AgInt no RMS 52.333/GO, Relator Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe 03/04/2017).
4. Agravo interno desprovido.

**ACÓRDÃO**

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Napoleão Nunes Maia Filho, Benedito Gonçalves, Sérgio Kukina e Regina Helena Costa votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Gurgel de Faria.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília, 18 de novembro de 2019 (Data do Julgamento)

Ministro Gurgel de Faria  
Relator